

áreas da filosofia

lista bibliográfica de apoio à disciplina de filosofia I 9



Justiça

Pode uma sociedade ser justa?

Áreas da filosofia

lista bibliográfica de apoio à disciplina de filosofia I 9



Pode uma sociedade ser justa?

justiça



Série: Áreas da Filosofia, n.º 9 | Justiça

Seleção: Emília Laranjeira e Isabel Bernardo

Seleção web: Isabel Bernardo

Desenho gráfico: Isabel Bernardo

Paginação: Conceição Sacarrão e Fernanda Cravo

Edição: Biblioteca Escolar Clara Póvoa

Agrupamento de Escolas Lima-de-Faria, Cantanhede, 2018

Organizadas por temas relacionados com o programa da disciplina de Filosofia, as *Listas bibliográficas de apoio à disciplina de Filosofia* apresentam dois tipos de recurso:

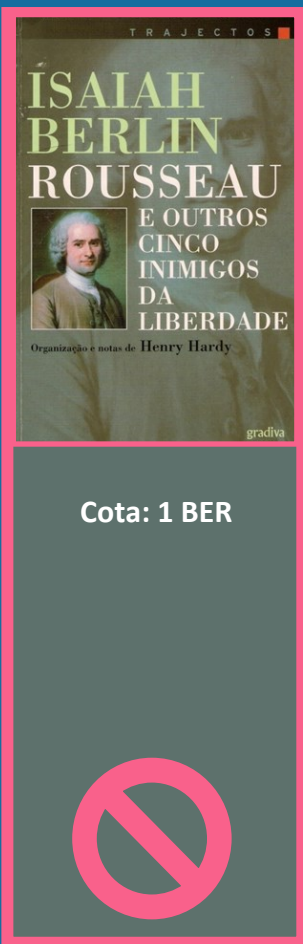
- documentos livro, áudio e vídeo disponíveis na Biblioteca Escolar Clara Póvoa para consulta presencial e requisição domiciliária
- fontes eletrónicas *online* que podem servir de ponto de partida para explorações / estudos mais aprofundados.

À medida que o fundo documental da BECP se for enriquecendo, estas listas bibliográficas serão atualizadas.



Uns presumem que a desigualdade num aspeto – por exemplo a riqueza – implica a desigualdade em tudo; os outros acreditam que a igualdade num aspeto – por exemplo – a liberdade – significa igualdade em tudo. Mas nenhum deles consegue dizer o essencial. De facto, se os homens se reunirem em comunidades por causa das riquezas, a participação na cidade deveria ser proporcional à participação na riqueza. Neste caso, o argumento, dos oligarcas parece forte: não é justo que num capital de cem minas, aquele que deu só uma mina obtenha uma parte igual ao que contribuiu com as restantes, quer no que se refere à soma inicial, quer ao lucro. Porém, os homens não se associaram apenas para viver mas sobretudo para a vida boa. Caso contrário, existiriam cidades de escravos, ou mesmo de animais; mas é impossível existirem cidades de escravos e de animais porque estes não partilham da felicidade nem escolhem o seu modo de vida.. Tão pouco os homens se associaram para formar uma aliança de defesa mutua contra qualquer injustiça nem para facilitar as trocas e as relações comerciais. Se este fosse o fim, os Etruscos e os Cartagineses...(p. 45)

Platão. (1980). *A república*. (3.ª ed.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.



Porque não são os homens felizes? Por que existe tanta miséria, injustiça, incompetência, incapacidade, brutalidade, tirania, etc., sobre a terra? A resposta para isto é que os homens não têm sabido como obter prazer, como evitar a dor. Não o têm sabido porque têm sido ignorantes e temerosos. Têm sido ignorantes e temerosos porque os homens são por natureza bons e sábios e os seus governantes certificaram-se no passado, de que o grande rebanho dos homens que governavam era mantido em ignorância artificial acerca do funcionamento correto da natureza. Isto é um estratagema deliberado da parte dos governantes, da parte de reis, soldados e clérigos e outras autoridades, que os indivíduos esclarecidos do século XVIII condenavam com tanta veemência. Os governantes estão interessados em manter os seus súbitos na obscuridade porque, de outro modo, a injustiça, a arbitrariedade, a imoralidade, a irracionalidade da sua governação serão no seu conjunto, rapidamente denunciadas. Desse modo, desde os primórdios do homem que uma conspiração secular dos poucos contra os muitos foi organizada e mantida, pois só assim poderão conservá-los...(pp. 34-35)

Berlin Isaiah. (2005). *Rousseau e os outros cinco inimigos da liberdade*. Lisboa: Gradiva.

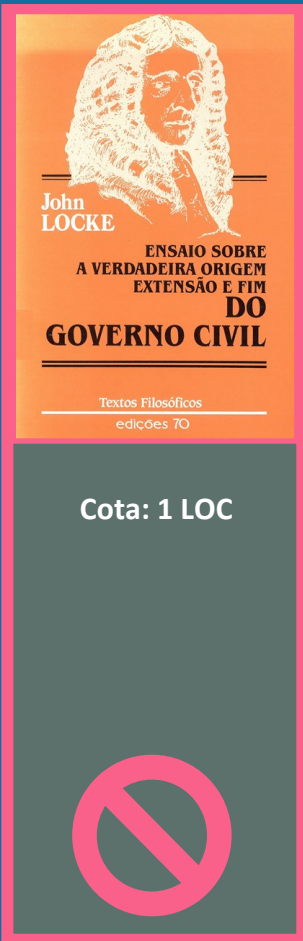


Se, na teoria rawlsiana, os direitos (e deveres) dos cidadãos de uma sociedade bem ordenada decorrem da justiça – através da estrutura básica –, na teorização de Nozick os direitos individuais são por assim dizer, construtivos. A justiça decorre desses direitos e do seu respeito absoluto, como veremos já de seguida.

A intuição central de Nozick é a renovação da ideia lockeana de «propriedade de si mesmo». Cada indivíduo é proprietário do seu corpo e da sua vida, mas também da liberdade para a usar e dos haveres materiais que, no uso dessa liberdade possa acumular. A auto propriedade, portanto, define-se por direitos individuais ao próprio corpo, liberdades e posses. Esses direitos estabelecem restrições absolutas àquilo que os outros e o Estado nos podem fazer.

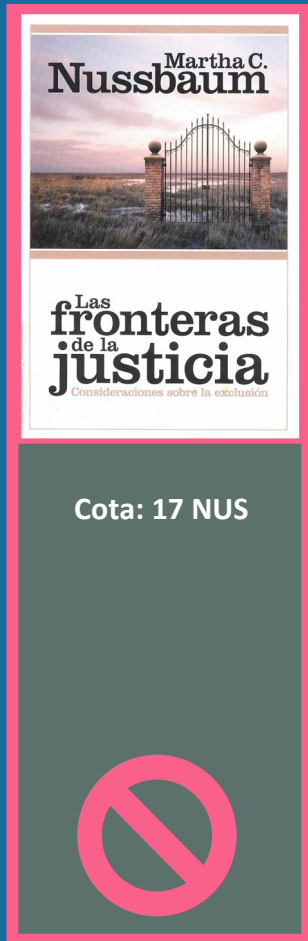
A justiça em termos sociais e económicos é aquela que diz respeito às posses ou haveres dos indivíduos. Segundo Nozick, a justiça nesse sentido implica que os indivíduos têm direito ao que adquirem e que inicialmente não pertença a ninguém (um pedaço de terra, uma jazida de petróleo, uma patente farmacêutica... (pp. 34-35)

Galvão, Pedro. (org.) (2012). *Filosofia: uma introdução por disciplinas*. Lisboa: Edições 70.



Sendo o principal fim da união dos homens em sociedade o gozo das suas propriedades em paz e sossego, e sendo as leis estabelecidas o grande instrumento e meios de se obter aquele fim; a primeira lei positiva e fundamental de todas as repúblicas é o estabelecimento do poder legislativo; visto que a primeira lei natural fundamental; segundo a qual até mesmo o poder legislativo se deve dirigir, é a conservação da sociedade, e (tanto quanto for consistente com o bem público,) de toda a pessoa que nela existe. Este poder legislativo não somente é o poder supremo da república, mas inviolável e inalterável nas mãos aonde a sociedade uma vez o depositou; nem pode determinação alguma de outra pessoa, qualquer que seja a forma em que for concebida, ou poder em que se funde, ter força e obrigação de lei, uma vez que não seja sancionada pelo legislativo que o público escolheu e nomeou. Portanto, sem isto a lei não podia ter aquilo que é absolutamente necessário para ser lei, *i.e.* o consentimento da sociedade na qual ninguém pode ter a poder para fazer leis, senão pelo seu consentimento e autoridade...(p.111)

Locke, John. (1999). *Ensaio sobre a verdadeira origem, extensão e fim do Governo Civil*. Lisboa: Edições 70.



La presunción de igualdad (en poderes y capacidades tiene por finalidad subrayar una verdad importante acerca dos seres humanos, que lo debería empujarnos a una crítica de las jerarquías existentes. Pero también realiza una función crucial en el interior de cada categoría del contrato social, que consiste en explicar por qué los principios políticos toman la forma que toman. La igualdad aproximada entre las partes es crucial para entender como contratan entre ellas, por qué habían de establecer un contrato social, y qué esperan obtener del mismo. No es ocioso, pues, mostrar que dicha presunción de igualdad nos obliga a dejar entre paréntesis algunas cuestiones importantes de justicia. En particular, no es plausible que una situación de contrato estructurada de este modo puede dar respuesta a las cuestiones de justicia relativas a las personas con graves deficiencias mentales y a los animales no humanos no humanos. Rawls también lo reconoce, como veremos, y bes algo que tiene consecuencias problemáticas para su teoría de la justicia como equidad en estas áreas.

No es sorprendente que los pensadores clásicos del...(p.50)

Nussbaum, Martha. (2012). *Las fronteras de la justicia: consideraciones sobre la exclusión*.

A REPÚBLICA

Platão

Cota: 1 PLA

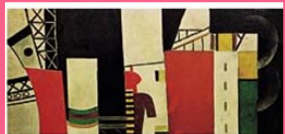


Far-te-ei, portanto, exatamente a mesma pergunta de há pouco, a fim de levarmos metodicamente ao fim a argumentação: que é a justiça em relação à injustiça. Disse-se a certa altura que a injustiça era mais poderosa e mais forte que a justiça. Agora – prossegui – se, na verdade, a justiça é sabedoria e virtude julgo que facilmente se demonstrará que é mais forte do que a injustiça, uma vez que a injustiça é a ignorância – ninguém deixaria de o reconhecer. Mas não é assim tão simples, ó Trasímaco, que eu desejo resolver o caso, mas antes examiná-lo por outro lado. Concordas que seria injusto para um estado tentar submeter injustamente outros estados e reduzi-los à escravatura, ou ter diversos, sujeitos ao seu império?

- Como não? E isso é o que fará, acima de todos, o melhor dos Estados e o mais perfeitamente injusto.

- Compreendo que era esse o teu argumento. Mas relativamente a ele, só quero examinar este ponto: um Estado que se assenhoreie de outro exercerá a sua dominação sem a justiça ou será forçado a usar dela? (p. 45).

Platão. (1980). *A república*. (3.^a ed.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.



UMA TEORIA DA JUSTIÇA

JOHN RAWLS

fundamentos

Cota: 17 RAW



O sentido mais específico que Aristóteles dá do termo justiça, e do qual a maioria das formulações correntes derivam, é o da recusa da *pleonexia*, disto é, o da obtenção de uma vantagem para si através da apropriação do que pertence a outrem, quer seja da propriedade, a recompensa, a função ou qualquer outra coisa, ou através do negar a outrem aquilo que lhe é devido, o cumprimento de uma promessa, o pagamento de uma dívida, uma manifestação de respeito, etc. É evidente que esta definição foi concebida para se aplicar a ações e que o ser humano é considerado como sendo justo na medida em que um dos elementos permanente no seu caráter é firme e efetivo desejo de agir de forma justa. No entanto, a definição de Aristóteles pressupõe claramente segundo creio, uma análise sobre aquilo que, de forma correta, pertence a alguém e sobre aquilo que lhes é devido. Estes direitos, segundo creio, derivam muitas vezes das instituições sociais e das legítimas expectativas a que elas dão origem. Não há razão para pensar que Aristóteles estaria em desacordo com esta afirmação, e é certo que a sua concepção da justiça social explica estas reivindicações. (p. 32).

Rawls, John. (2001). *Uma teoria da justiça*. (2.^a ed.). Lisboa: Presença.

Paul Ricoeur
Amor e Justiça

70 BIBLIOTECA DE FILOSOFIA CONTEMPORÂNEA

Cota: 17 RIC



Estes traços distintivos resultam da identificação quase completa da justiça com a justiça distributiva. É esse o caso de Aristóteles, na *Ética a Nicómaco*, a John Rawls na *Teoria da Justiça*. É sobre o sentido desta identificação que devemos agora refletir. Ela supõe que se dê à ideia de distribuição uma medida que ultrapassa o domínio da economia; é a sociedade inteira, vista na perspetiva da justiça, que aparece como uma repartição de papéis, de direitos e deveres, de vantagens e desvantagens, de benefícios e de encargos. A força desta representação da sociedade como um sistema de distribuição é evitar o duplo escolho do holismo, que faz da sociedade uma entidade distinta dos membros que a compõem, e do individualismo, que faz da sociedade uma soma de indivíduos e das suas interações. Numa conceção distributiva, a sociedade não existe sem os indivíduos entre os quais as *partes* são distribuídas e que assim *tomam parte* no conjunto. É aqui que intervém a justiça como virtude das instituições que preside a todas as operações de partilha. Atribuir a cada um o que lhe é devido - *suum cuique tribuere* -, tal é em qualquer situação de... (pp. 26-27)

Ricoeur, Paul. (2010). *Amor e justiça*. Lisboa: Edições 70..

FilosofiaSaberFilosofi
aSaberFilosofiaSaber
FilosofiaSaberFilosofi
aSaberFilosofiaSaber
Concepções de Filosofi
da JustiçaosofiaSaber
João Cardoso Rosas
aSaberFilosofiaSaber
FilosofiaSaberFilosofi
aSaberFilosofiaSaber
FilosofiaSaberFilosofi
aSaberFilosofiaSaber
FilosofiaSaberFilosofi

O SABER DA FILOSOFIA 70

Cota: 17 ROS



Pensar a ideia de justiça no quadro da Filosofia Política contemporânea significa, antes de mais, renunciar ao realismo conceptual instituído por Platão, eventualmente herdado da maiêutica socrática, e patenteado na *República*. O realismo conceptual platónico, *i.e.*, a teoria segundo a qual a justiça é um conceito tem uma realidade substantiva externa à própria discussão política, num “mundo das ideias” separado da esfera do sensível, é influente em toda a história do pensamento ocidental e, desde logo, na filosofia antiga. Neste contexto, a justiça na *polis* tende a ser vista como metafisicamente isolada face ao debate político corrente. Este é relegado para o domínio da mera opinião, ou *doxa*, enquanto a definição da justiça permanece no plano do conhecimento racionalmente justificado, ou *episteme*.

A filosofia moderna, mesmo rompendo parcialmente, através das teorias do contrato social, com o naturalismo do pensamento antigo – e, por extensão, medieval –, continua a ser tributária do realismo conceptual platónico. De Hobbes a Kant, permanece a ideia de que a justiça pode e deve... (p. 11)

Rosas, João C. (2012). *Concepções de justiça*. Lisboa : Edições 70.



A ideia de igualdade de oportunidades é uma das mais glosadas de entre o conjunto de ideias que o conceito de justiça social aglutina. A popularidade da ideia estende-se da filosofia política ao discurso político corrente. A este último nível, não será fácil encontrar hoje em dia quem negue a relevância da igualdade de oportunidades e quem não apregoe a urgência da sua concretização prática. A ideia de igualdade de oportunidades surge como um *ersatz* da própria justiça social porque se afigura menos exigente ou menos utópica do que esta. Porém, sabemos que o discurso corrente encobre sempre mais do que mostra. A filosofia cabe esclarecer o que, de outro modo, permanece no âmbito daquela ambiguidade conveniente que permite, simultaneamente, a libertação do poder encantatório das palavras e a sua absoluta inocuidade praxica.

A nossa sugestão é que dividamos o conceito de igualdade de oportunidades em quatro conceções diferentes:

- A) Igualdade equitativa de oportunidades em sentido formal (ou conceção F)
- (b) Igualdade equitativa de oportunidades (ou conceção E)... (p. 45)

Rosas, João C. (2012). *Futuro indefinido*. (p. 45). Famalicão: Húmus.



Os direitos humanos constituem sem sombra de dúvida, um dos conceitos mais influentes e profícuos do nosso tempo, representando aos olhos de muitos dos pobres e oprimidos do planeta o milagroso remédio que lhes poderá proporcionar a justiça e a dignidade indispensáveis ao adorno da sua efémera existência terrena. Desde as suas origens, e por muito que a alguns custe admitir, a ciência económica, no seu sentido mais profundo, ou mais puro, pretende alcançar precisamente o mesmo fim. Todavia, e apesar desta convergência de propósitos, a economia, ao contrário do que seria de esperar, parece andar divorciada dos direitos humanos. Fará sentido que os dois conceitos que mais contribuíram para o progresso da humanidade, a economia para a libertar da necessidade e os direitos humanos para a libertar do medo, caminhem, assim, de costas voltadas? Para além de partilharem um objetivo comum, a economia e os direitos humanos estão intimamente ligados por outros motivos ainda. Com efeito, existe uma inequívoca dimensão económica nos direitos humanos... (p. 159)

Rosas, João C. (2012). *Novas direções na filosofia dos direitos humanos*. Famalicão: Húmus.



É, portanto, necessário convenções e leis para unir os direitos aos deveres e reconduzir a justiça ao seu objetivo. No estado de natureza onde tudo é comum, não devo nada àqueles a quem nada prometi, não reconheço nada como sendo de outrem senão o que me é inútil.

Mas, é importante explicar aqui o que entendo pela palavra lei, pois, enquanto se contentarem em ligar a esta palavra ideias vagas e metafísicas, poderemos saber o que é uma lei da natureza e continuaremos a ignorar o que é uma lei do Estado.

Tínhamos dito que a lei é um ato público e solene da vontade geral e, como pelo pacto fundamental cada um se submeteu a essa vontade, e somente desse pacto que toda a lei retira a sua força. Mas tentemos dar uma ideia mais nítida da palavra *lei* tomada no seu sentido próprio restringido ao que esta em análise neste escrito

É a matéria e a forma das leis que constitui a sua natureza. A forma reside na autoridade que delibera; a matéria naquilo que é deliberado. (pp.121-122)

Rousseau, Jean-Jacques. (2012). *O contrato social*. Lisboa: Temas e Debates.



Suponha que Rawls tem razão: refletir sobre a justiça implica perguntar que princípios escolheríamos numa posição original de igualdade, sob um véu de ignorância. Que princípios surgiriam? Segundo Rawls, não escolheríamos o utilitarismo. Sob o véu da ignorância, não sabemos que posição iremos ter na sociedade, mas sabemos que vamos querer prosseguir os nossos fins e ser tratados com respeito. No caso de vírmos a ser membros de uma minoria étnica ou religiosa, não queremos ser oprimidos, mesmo que isso dê prazer à maioria. Quando o véu da ignorância for levantado e a vida real começar, não queremos acabar vítimas de perseguição religiosa ou discriminação racial. Para nos protegermos contra estes perigos, rejeitaríamos o utilitarismo e concordaríamos com um princípio de liberdades básicas iguais para todos os cidadãos, incluindo o direito a liberdade de consciência e liberdade de pensamento. E insistiríamos em que esse princípio tivesse prioridade sobre tentativas de maximizar o bem-estar geral. Não sacrificaríamos os nossos direitos e liberdades fundamentais por benefícios sociais e económicos. (p. 160)

Sandel, Michael J. (2011) *Justiça: fazemos o que devemos?*. Lisboa: Presença.



Hoje em dia, contudo, nem o liberalismo puro nem – muito menos – os puros coletivismos comunistas ou socialistas suscitam já uma sombra de confiança que seja. Até mesmo nos Estados mais liberais se considera imprescindível que o governo se ocupe de garantir em certa medida a segurança social, as pensões de velhice, os contratos de trabalho, os subsídios de desemprego, a educação pública e a maior parte das infraestruturas de interesse geral. Tudo isto faz parte daquilo a que se chamou «o Estado do bem-estar» ... cujo precursor no século passado foi o chanceler alemão Bismark e as reformas políticas que apadrinhou para satisfazer os operários rebeldes que tinham lido demasiado Marx. Um dos problemas socio económicos atuais de mais difícil solução é o do desemprego. Quando as máquinas, cada vez mais perfeitas e automatizadas surgiram no mundo laboral, os otimistas conceberam uma grande esperança: aí estavam os novos escravos que se ocupariam dos trabalhos mais pesados enquanto os homens poderiam dedicar-se ao debate político ou à filosofia, como os antigos gregos! Com efeito, as máquinas substituíram de forma eficaz e barata... (p. 94)

Savater, Fernando. (2002). *Política para um jovem*. (3.ª ed.). Lisboa: Presença.



Um igualitarista radical poderia defender que o dinheiro deveria ser igualitariamente distribuído por todos os seres humanos adultos, recebendo toda a gente exatamente os mesmos proventos. Na maior parte das sociedades, o dinheiro é necessário para as pessoas viverem; sem ele não podemos obter comida, abrigo ou roupas. A redistribuição poderia justificar-se, por exemplo, numa base utilitarista, como a forma que mais provavelmente maximizaria a felicidade e minimizaria o sofrimento.(...)

É razoavelmente óbvio que a distribuição igualitária é um objetivo inalcançável. As dificuldades práticas da distribuição igualitária do dinheiro numa cidade seriam imensas; distribuir o dinheiro igualitariamente por todos os seres humanos adultos seria um pesadelo logístico. Logo, em termos realistas, o máximo a que esta forma de igualitarismo pode almejar será uma distribuição mais igualitária do dinheiro, talvez através do estabelecimento de um salário fixo distribuído a todos os adultos. Mas mesmo que conseguíssemos aproximar-nos substancialmente de uma distribuição igualitária da riqueza, seria de curta duração. (p.108)

Warbuton, Nigel. (1998). *Elementos básicos de filosofia*. Lisboa: Gradiva.



Como se deve distribuir a riqueza? Como Hume indica, este é um assunto repleto de dificuldades. As respostas óbvias à questão podem ser desastrosamente ingênuas.

A liberdade do cidadão, na perspetiva de Mill, exige a proteção de cada pessoa. Para Mill, uma forma possível de dano é o dano infligido à propriedade: roubo, fraude, ou prejuízo. Mas, segundo este filósofo, não temos o direito a ser protegidos de um mercado a funcionar normalmente, nem direito a ser protegidos da concorrência económica. Mill aprova o capitalismo *laissez-faire* – pelo menos enquanto os indivíduos se encontrarem no seu estado presente de imperfeição moral. (Num trabalho posterior, *Capítulos sobre o Socialismo*, sugere que o socialismo seria uma forma mais apropriada de organização económica para os seres moralmente aperfeiçoados do futuro.) Mill supõe igualmente que o indivíduo tem o dever de pagar a sua quota-parte das despesas decorrentes do funcionamento do estado e deve igualmente ser tributado para apoiar quem é incapaz de se sustentar a si próprio (ou que não está disposto a isso). (pp.193,194)

Wolff, Jonathan. (2004). *Introdução à filosofia política*. Lisboa: Gradiva.

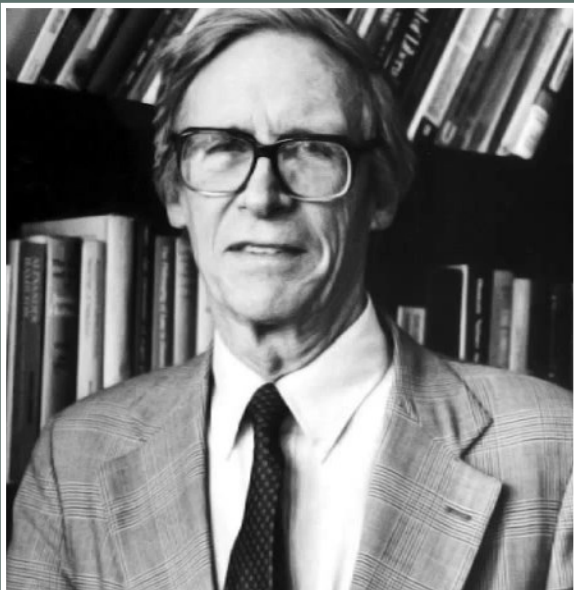


What Is Justice?: Crash Course Philosophy #40
[clique na imagem para aceder ao recurso]



Justice: What's The Right Thing To Do?
[clique na imagem para aceder ao recurso]





John Rawls' Theory of Justice by J. Wolf
[clique na imagem para aceder ao recurso]



R A SOCIETY TO BE JUS

PHILOSOPHY - Political: Original Position
[clique na imagem para aceder ao recurso]



Rawls's Distributive



Lecture Five

0:05 / 14:05

Rawls's Distributive Justice | Political
Philosophy with Jason Brennan

[clique na imagem para aceder ao recurso]



Skepticism About Distributive Justice



Lecture Six

0:18

Skepticism About Distributive Justice | Political
Philosophy with Jason Brennan

[clique na imagem para aceder ao recurso]





New York University's
Annual Lewis Burke Frumkes Lecture

featuring Nobel Laureate
Amartya Sen

Global Justice and Political Philosophy"

November 04, 2010

37

Global Justice and Political Philosophy
[clique na imagem para aceder ao recurso]



Stanford Encyclopedia of Philosophy

Browse

About

Support SEP

Search

Justice

1–10 of 748 documents found

Justice

intergenerational justice, international distributive justice, justice and virtue,...the family | justice: as a virtue | justice: distributive | justice: intergenerational...principles of justice apply? We ask whether non-human beings have justice, whether justice applies...

David Miller

[https://plato.stanford.edu/entries/justice/](#)

Stanford Encyclopedia of Philosophy
[clique na imagem para aceder ao recurso]





Internet Enciclopedia of Philosophy
[clique na imagem para aceder ao recurso]



period. The concepts of expression, representation, and the other concepts covered.

Table of Contents

1. [Introduction](#)
2. [Aesthetic Concepts](#)
3. [Aesthetic Value](#)
4. [Aesthetic Attitudes](#)
5. [Intentions](#)
6. [Definitions of Art](#)
7. [Expression](#)
8. [Representation](#)
9. [Art Objects](#)
10. [References and Further Reading](#)

1. Introduction

The full field of what might be called "aesthetics" is a very large volume encyclopedia devoted to the full range of possible to

Internet Enciclopedia of Philosophy
[clique na imagem para aceder ao recurso]



[ISSUES](#)[CATEGORIES](#)[TAGS](#)[SHOP](#)

Your complimentary

You've read **one** of your four

You can read four articles free
articles on this site, please

[SUBSCRIBE NOW](#)

Articles

John Rawls & Justice

Helen McCabe considers the arguments over
Rawls' theory of justice.

[clique na imagem para aceder ao recurso]



PHILOSOPHY TALK

the program that questions everything...

Justice

SEARCH RESULTS

The Environment and Global Justice

Environment **Justice** Ethics Video What is it: Our ... Dev
shall we decide? John and Ken take **justice** into their ow

Philoso?HI Talks

[clique na imagem para aceder ao recurso]



osophy bites

s of top philosophers interviewed on bite-sized topics...

hy Bites Books

[Edmonds and Warburton: Philosophy Bites Again](#)

[Edmonds and Warburton: Philosophy Bites](#)

[« Paul Russell on Fate](#) | [Main](#) | [C](#)

January 14, 2011

Michael Sandel on Ju

Harvard philosopher [Michael Sandel](#) in c answers to the question 'What is Justice Aristotle's.

[Listen to Michael Sandel on Justice](#)

Philosophy Bites is made in association

Philosophy Bites

[clique na imagem para aceder ao recurso]



PHILOSOPHY TALK

the program that questions everything...

Justice

SEARCH RESULTS

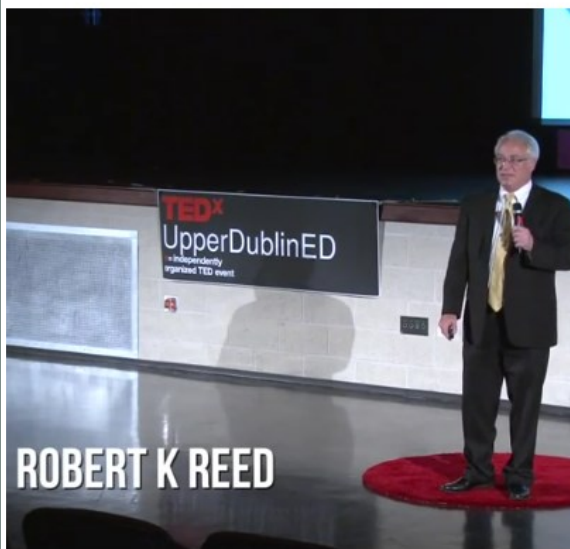
The Environment and Global Justice

Environment **Justice** Ethics Video What is it: Our ... Dev shall we decide? John and Ken take **justice** into their ow

Philoso?HI Talks

[clique na imagem para aceder ao recurso]





ROBERT K REED

What is Justice? | Robert Reed
TEDxUpperDublinED
[clique na imagem para aceder ao recurso]



Social justice.
Is it still relevant in the 21st century?
[clique na imagem para aceder ao recurso]



Crítica

Abril de 2006 | Filosofia política

teoria da justiça de John Rawls

Faustino Vaz

Problema

crianças vendidas por pais extremamente pobres a quem tem de pagar; pessoas cujo rendimento não permite fazer mais do que a menor possibilidade de adquirir pelo menos a escolaridade

Criticanarede
[clique na imagem para aceder ao recurso]



Crítica

Abril de 2006 | Filosofia política

Justiça distributiva

John Rawls

de Faustino Vaz

devem ser distribuídos os bens numa sociedade? [...] o utilitarismo, e depois as perspectivas não consensuadas

Criticanarede
[clique na imagem para aceder ao recurso]





Agrupamento de Escolas Lima-de-Faria, Cantanhede, 2018